

**TJDFT****Poder Judiciário da União**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

## **XLIII Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz de Direito Substituto**



### **PROVA ESCRITA DISCURSIVA**

**SEGUNDA ETAPA - 04/03/2016**

### **LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

1. O presente caderno de prova possui 11 (onze) páginas.
2. Ao receber este caderno de prova, confira o número de páginas, bem como verifique se ele contém a quantidade de questões indicada em seu caderno de respostas. Caso o caderno de respostas esteja incompleto, tenha qualquer defeito e/ou apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
3. Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do fiscal de sala.
4. Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação – que será feita no decorrer da prova – e ao preenchimento do caderno de respostas.
5. Fique atento para lançar as respostas no campo correspondente a cada questão, de acordo com a numeração respectiva a cada matéria.
6. Não serão consideradas as respostas e/ou apontamentos lançados no caderno de rascunho, mas exclusivamente as ofertadas no caderno de respostas.
7. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva o caderno de prova, o caderno de rascunho e o caderno de respostas e deixe o local de prova.
8. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no caderno de respostas poderá implicar anulação da sua prova.

**XLIII Concurso Público para Provimento de Cargos de  
Juiz de Direito Substituto da Justiça do Distrito Federal**  
**Segunda Etapa – Prova Escrita Discursiva**

04 de março de 2016

**Questão 01 – Direito Civil**

Em atenção aos prazos extintivos de prescrição e de decadência, discorra sobre o tratamento que os institutos receberam no Código Civil e a diferença técnica dos referidos prazos extintivos (0,25); a discussão acerca da unicidade da interrupção da prescrição (0,35); e a controvérsia estabelecida sobre a interpretação do §1º do art. 445 do CC (0,35).

Responda de forma clara, objetiva e fundamentada na lei, na doutrina e, no que for pertinente e relevante, na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. A utilização correta do idioma oficial, a capacidade de exposição e o conhecimento do vernáculo serão pontuados (0,05).

**XLIII Concurso Público para Provimento de Cargos de  
Juiz de Direito Substituto da Justiça do Distrito Federal**

**Segunda Etapa – Prova Escrita Discursiva**

04 de março de 2016

**Questão 02 – Direito Processual Civil**

O promitente vendedor de imóvel objeto de compromisso de compra e venda, não averbado no cartório de registro de imóveis, possui legitimidade para figurar no pólo passivo de ação de cobrança de cotas condominiais em atraso proposta pelo condomínio?

O que define a responsabilidade pelo pagamento das obrigações condominiais?

Pode a penhora recair sobre o imóvel objeto do contrato por dívidas condominiais do promitente vendedor?

**XLIII Concurso Público para Provimento de Cargos de  
Juiz de Direito Substituto da Justiça do Distrito Federal**

**Segunda Etapa – Prova Escrita Discursiva**

04 de março de 2016

**Questão 03 – Direito Empresarial**

Considere que a sociedade A, que tem por empresa a venda de produtos de limpeza, celebrou contrato de fomento mercantil com a sociedade B. Foram, em razão do contrato, endossadas por A, em favor de B, 100 (cem) duplicatas relativas a determinado mês e antecipados por B os valores respectivos, com o devido abatimento. No vencimento, 40 (quarenta) duplicatas não foram honradas pelos sacados.

Tendo em vista tais dados de fatos, responda, o candidato, fundamentadamente, às seguintes indagações:

A sociedade A responde perante a sociedade B pelo valor das 40 (quarenta) duplicatas não pagas? (0,30)

Tendo em vista a resposta anterior, o endosso feito por A a B tem a natureza de endosso-mandato? (0,30)

Tendo em vista, ainda, a resposta imediatamente anterior, o faturizador se expõe a defesas pessoais que os sacados poderiam ter contra a faturizada? (0,30).

Utilização correta do idioma oficial, capacidade de exposição e conhecimento do vernáculo (0,10).

**XLIII Concurso Público para Provimento de Cargos de  
Juiz de Direito Substituto da Justiça do Distrito Federal**

**Segunda Etapa – Prova Escrita Discursiva**

04 de março de 2016

**Questão 04 – Direito do Consumidor**

Discorra sobre o *princípio da vinculação da oferta*, no âmbito específico do direito do consumidor, abordando, de forma fundamentada, os seguintes aspectos:

- a) conceito, maneiras de atuação e fundamento legal (0,30);
- b) requisitos doutrinariamente exigidos para a sua incidência (0,30); e
- c) a força vinculante nos casos de “puffing” (0,30).

Utilização correta do idioma oficial, capacidade de exposição e conhecimento do vernáculo (0,10).

Extensão máxima da resposta: 30 (trinta) linhas.

**XLIII Concurso Público para Provisão de Cargos de  
Juiz de Direito Substituto da Justiça do Distrito Federal**

**Segunda Etapa – Prova Escrita Discursiva**

04 de março de 2016

**Questão 05 – Direito da Criança e do Adolescente**

Levando em consideração o direito à vaga em creche e pré-escola e eventual omissão do Distrito Federal, discorra sobre o papel do Poder Judiciário na implementação de políticas públicas instituídas pela Constituição Federal e não efetivadas pelo Poder Público em favor de crianças de zero a seis anos de idade e sobre a legitimidade jurídica para a imposição de *astreintes* ao Distrito Federal pelo Juízo da Infância e da Juventude.

A análise deverá contemplar o entendimento do STF sobre a fórmula da reserva do possível na perspectiva da Teoria dos Custos dos Direitos e sobre a Teoria da Restrição das Restrições.

Responda de forma clara, objetiva e fundamentada na CF/88, no ECA, na doutrina e na jurisprudência do STJ e, em especial, do STF.

A utilização correta do idioma oficial, a capacidade de exposição e o conhecimento do vernáculo serão pontuados em 0,05.

**XLIII Concurso Público para Provimento de Cargos de  
Juiz de Direito Substituto da Justiça do Distrito Federal**

**Segunda Etapa – Prova Escrita Discursiva**

04 de março de 2016

**Questão 06 – Direito Penal**

O professor Leonardo Sica, ao tratar da missão do Direito Penal e dos fins da pena, assevera:

“A atribuição à pena e ao Direito Penal de um fim de dissuasão através da comunicação esbarra, de novo, em impossibilidades práticas que a dogmática insiste em ignorar, como a cifra negra.” (*Direito Penal de Emergência e Alternativas à Prisão*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 65)

Discorra sobre a chamada “cifra negra”, esclarecendo seu significado e os possíveis impactos para a finalidade da pena enquanto mecanismo de prevenção geral.

**XLIII Concurso Público para Provimento de Cargos de  
Juiz de Direito Substituto da Justiça do Distrito Federal**

**Segunda Etapa – Prova Escrita Discursiva**

04 de março de 2016

**Questão 07 – Direito Processual Penal**

Descreva todos os efeitos recursais possíveis mencionados pelas doutrinas e jurisprudências, explicando e exemplificando cada um deles.



**XLIII Concurso Público para Provimento de Cargos de  
Juiz de Direito Substituto da Justiça do Distrito Federal**

**Segunda Etapa – Prova Escrita Discursiva**

04 de março de 2016

**Questão 08 – Direito Constitucional**

Responda justificadamente aos seguintes quesitos de Direito Constitucional:

- a) Em tema de Direito Constitucional, o que se entende por retroatividade mínima? Exemplifique.
- b) Segundo o STF, o parâmetro para o controle de constitucionalidade das leis e atos normativos deve abranger o chamado “bloco de constitucionalidade”?
- c) Qual a distinção entre igualdade formal e igualdade material, consoante a doutrina?

Extensão máxima da resposta: 30 (trinta) linhas.

**XLIII Concurso Público para Provimento de Cargos de  
Juiz de Direito Substituto da Justiça do Distrito Federal**

**Segunda Etapa – Prova Escrita Discursiva**

04 de março de 2016

**Questão 09 – Direito Administrativo**

Recentemente, ao julgar o mérito de Repercussão Geral em Recurso Extraordinário (RE 669069 – Tema 666), o STF fixou o seguinte entendimento:

“É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil”.

À luz dessa decisão, discorra, de forma fundamentada, sobre os seguintes aspectos:

- 1) O alcance da decisão do STF, especialmente quanto à pretensão de reparação de danos ao erário decorrentes de ato de improbidade administrativa.
- 2) O entendimento até então prevalecente nos Tribunais Superiores sobre o tema, tendo em vista, ainda, a idéia de prescrição:
  - 2.1) da pretensão quanto às sanções relativas aos atos de improbidade; e
  - 2.2) da pretensão de ressarcimento no âmbito da ação de improbidade.
- 3) A adequada interpretação, indicando o(s) critério(s) utilizados, do § 5º do art. 37 da Constituição Federal, em face do que dispõe o § 4º do mesmo artigo. Os dois parágrafos estão relacionados? Em que medida?

Espera-se do candidato, além do conhecimento do entendimento jurisprudencial sobre a matéria, em resposta aos quesitos formulados acima, a exposição de convicção própria, de forma livre, porém justificada.

**XLIII Concurso Público para Provisão de Cargos de  
Juiz de Direito Substituto da Justiça do Distrito Federal**

**Segunda Etapa – Prova Escrita Discursiva**

04 de março de 2016

**Questão 10 – Noções Gerais de Direito e Formação Humanística**

Considere o texto a seguir e responda aos questionamentos que a ele seguem:

“As principais teorias da sociologia moderna são de tipo *macrossociológico*. (...). Duas são as principais correntes de teorias macrossociológicas: as teorias funcionalistas e as do conflito social.

(...) Os funcionalistas consideram a sociedade como uma grande ‘máquina’. Esta distribui papéis e recursos aos seus membros, que são identificados como as ‘peças da máquina’. A finalidade da sociedade é a sua reprodução por meio do funcionamento perfeito de seus vários componentes. (...)

As teorias do conflito social entendem que na sociedade agem grupos com interesses estruturalmente opostos, que se encontram em situação de desigualdade e em luta perpétua pelo poder. (...) De uma forma geral, os teóricos do conflito explicam o funcionamento social usando a hipótese da estratificação social”. (Ana Lucia Sabadell, *In* Manual de Sociologia Jurídica, 6ª Edição, Ed. RT, SP, 2014).

a) Faça breve definição de controle social, indicando as suas finalidades, tendo em conta a perspectiva liberal-funcionalista e a perspectiva da teoria do conflito social.

b) Cite pelo menos quatro características do controle social realizado pelo Direito, sob a ótica funcionalista, explicando-as.

Organize sua resposta em itens (“a” e “b”), em correspondência aos questionamentos acima.